

Nome: Silvia Maria Brandão Queiroz

E-mail: silmaribrandao@uol.com.br

Instituição de Ensino: UNIFESP

Orientador: Edson Luís de Almeida Telles

A FILOSOFIA DIAGNOSTICANDO MODOS DE AGIR DO CONTEMPORÂNEO

Resumo: A produção filosófica não se separa e não se limita ao presente do filósofo que a produz. De maneira extremamente simplista, poderíamos dizer que Kant pensou a moralidade com a Revolução Francesa. Marx, a luta de classes com capitalismo do século XIX. Benjamin, sua crítica fulminante ao historicismo durante o nazismo. Ricoeur e Arendt, conectados à experiência do totalitarismo. Foucault, Deleuze e Guattari, em meio a processos de subjetivação que não se confundem com o sujeito. Contudo, parece-nos que estes filósofos refletiram acerca de questões de seu presente buscando compreendê-las em perspectiva de um devir mais liberto das formas de opressão e dominação que os percorreram em seus tempos históricos e para isso dialogaram com temporalidades, com multiplicidades de temas, atualizaram reflexões, estabeleceram argumentos, criaram e alteraram perspectivas conceituais, confrontaram paradigmas, elaboraram hipóteses. E deste percurso surgiram diagnósticos propiciadores de mutações pessoais e sociais potencialmente criativas e engendradoras de rupturas com as formas de dominação em curso. Hoje estas produções constituem parte do acervo da história da filosofia. Todavia, consideramos que pensar o fazer filosófico como diagnóstico de mutação e criação significa compreendê-lo como fluxo que não se despreja e ao mesmo tempo escoia para além da comunicação conceitual de um território habitado por pares. Dito de outra forma, o potencial do diagnóstico filosófico só tem possibilidade de emergir na intersecção não fixada entre o conceito e a experiência. Não somente história da filosofia, o conceito em si, mas indagarmo-nos e refletirmos em meio às questões do presente.

Nesta perspectiva, buscando exemplificar a *atualidade da filosofia*, ousamos diagnosticar modos de agir do contemporâneo. Contudo, ainda que os pensemos como não restritos a um território, um país ou uma data, considerando nossos laços de pertencimento históricos, comunitários e políticos elegemos como foco contextual de argumentação a sociedade brasileira. Assim, a reflexão se dará a partir do diálogo com a filosofia política

contemporânea, a memória exemplar dos sobreviventes da recente ditadura e algumas de nossas formas de agir em democracia.

Após situarmo-nos no debate acerca da *atualidade da filosofia* passamos então a apresentar nossa hipótese de diagnóstico. Sintetizando-a, iniciamos conversando com Paul Ricoeur de *A memória, a história, o esquecimento*. A partir do filósofo poderíamos dizer então que nas democracias originárias de um passado violento como a brasileira o trauma é um dos instituintes da memória. Se para Freud o trauma abre uma lacuna dolorosa na memória e o apaziguamento necessita da elaboração, que se dá no processo de narrar-se, atestar-se e reconhecer-se na experiência do vivido tanto como agente do ato quanto como paciente da ação diante de outrem. Para Ricoeur, na memória coletiva das sociedades afetadas pelo trauma o reconhecimento eleva-se ao plano institucional e político em sua dimensão dialogal e pública, onde é preciso inscrever as memórias dolorosas como compartilhamento da pluralidade de um passado em comum e como valor exemplar que perpassa as ações dos homens no tempo. E o rastro que possibilita a inscrição está guardado na memória subjetiva dos sobreviventes, daí a importância de seu testemunho. Contudo, as democracias fundadas em anistias dificultam a inscrição quando instituem o esquecimento por meio do bloqueio ao compartilhamento público desta memória exemplar. E este nos parece ser o caso da atual democracia brasileira.

No Brasil, pensando a partir de Derrida, devido ao perdão condicional imposto pela anistia de 1979 na democracia a memória subjetiva das vítimas da ditadura tem sido impedida, silenciada, encoberta. E dentre as consequências hoje temos uma chocante cultura de impunidade e modos de agir pautados no apoio e na indiferença diante da violência de Estado do passado e do presente.

Se por um lado, não nos parece possível compreender estes modos de agir do contemporâneo sem nos voltarmos à impunidade estabelecida em 1979, por outro, a problemática não apenas diz respeito a um resto de um passado violento, mas faz parte também da ação política do presente democrático, como indica a revalidação da interpretação da lei de anistia da ditadura pelo Supremo Tribunal Federal em 2010. E as discussões acerca do silêncio público que perpassaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade indicam que o bloqueio não está ausente na apuração dos fatos históricos. E ele não somente impede a elaboração do trauma como nos expõe mais fortemente as manipulações de sentido que agem nas formas de dominação do contemporâneo.

Neste contexto, podemos pensar que a ditadura, com a participação de parte das elites empresariais e políticas e de parceladas da coletividade produziu ações permeadas pela adesão, pelo medo, pela ignorância e pela indiferença diante do terrorismo de Estado. E estes modos de agir contribuíram com a produção de vítimas e não estão totalmente ausentes dos processos de subjetivação que no presente modelam nossas ações.

Hoje quando a coletividade não assume a responsabilidade vicária, que de acordo com Arendt todos os povos têm por coisas de que não participaram, mas foram feitas em seu nome, quando fica na indiferença, acaba por tornar-se engrenagem da atual fábrica de formatação de condutas que, dentre outras formas, adotando o argumento do mal menor continua conquistando apoios e fortalecendo indiferenças diante da suspensão de direitos dos considerados uma ameaça à segurança e ao bem da coletividade como indica a postura de grande parte da sociedade brasileira frente as recentes manobras políticas pela redução da maioria penal.

Voltando então a memória exemplar da ditadura e pensando nos atuais modos de agir da coletividade, argumentamos que o bloqueio à inscrição da memória exemplar nos sentidos comuns compartilhados tem atuado como uma das engrenagens produtoras de dominações do contemporâneo. E associando ao bloqueio do testemunho as políticas democráticas de atendimento às vítimas da ditadura e as atuais medidas de exceção, vislumbramos que se os vitimados do passado, ainda que *sem voz*, enquanto sofredores e sujeitados merecem cuidados, hoje os que representam riscos à segurança da coletividade e as subjetividades modelas podem ter seus direitos *legitimamente* suspensos sem que grande parte da coletividade, que não foi ou não é objeto das medidas exceção se indigne e saia da indiferença. Ao contrário, em muitos casos o que temos é o apoio.

Enfim, trabalhando com a filosofia política contemporânea na perspectiva de diagnóstico do presente e adotando como exemplaridade contextual a sociedade brasileira, como hipótese, consideramos que hoje os modos de agir governamentais agem sobre as ações dos governados, garantindo sua eficácia por meio de processos de subjetivação que nos cortam em grupos estratificados e fixados, capturando assim apoios e indiferenças através da gestão de pequenos medos que nos fazem desejar nos submeter a grande segurança proporcionada pelo aparelho estatal e suas instituições.

Palavras-chave: ditadura, democracia, memória, subjetividade, modos de agir.